

Senado prepara auditoria

por Jurema Baesse
de Brasília

O Senado Federal irá constituir e instalar amanhã uma comissão especial para a dívida externa. A comissão pretende realizar uma espécie de auditoria sobre o assunto e a primeira autoridade que irá depor será o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que o fará espontaneamente na próxima quinta-feira. O anúncio foi feito, ontem, pelo líder do PFL no Senado, o senador Carlos Chiarelli. A comissão será composta por sete senadores, sendo três do PMDB, dois do PFL e dois dos partidos minoritários, e os seus trabalhos deverão ser concluídos dentro de noventa dias.

Segundo Chiarelli, a comissão terá três objetivos básicos: o primeiro deles é realizar uma espécie de auditoria da dívida. "Queremos saber quanto foi tomado, por quem foi tomado, onde foi aplicado e daí por diante", explicou o senador. "Queremos saber detalhes, como esta dívida se formou e quanto dela já foi pago."

O segundo objetivo, continuou, é a combinação de duas ações, fiscalização e assessoramento ao processo de renegociação da dívida. O senador pretende, com esta comissão, fiscalizar e cobrar os atos que es-

tão sendo tomados pelas autoridades econômicas na condução do processo da moratória, e junto a isso assessorar os negociadores.

A comissão deseja, salientou, tornar-se o elo de ligação entre o Executivo e o Legislativo, de modo que o Congresso saiba os passos que estão sendo dados e a evolução de todo o processo. A terceira razão que motivou a composição da comissão, disse ele, que é a mais inédita, pretende desencadear uma ação do Senado junto às lideranças políticas e partidárias dos países credores do Brasil. Para Chiarelli, fica incoerente o País querer desenvolver uma negociação no nível político e deixar de lado os contatos com as autoridades políticas do País.

"É junto às autoridades políticas que poderemos colocar certas discussões", indicou Chiarelli. "É importante ficar claro que o bem-estar atual do Primeiro Mundo vem da pontualidade com que os países do Terceiro Mundo pagam os seus débitos".

Essa realidade, com certeza, pode mudar, assinalou, e essas questões devem ser discutidas amplamente. A comissão, acrescentou, tem praticamente os mesmos poderes de uma CPI, podendo convocar autoridades do governo e solicitar documentos sigilosos.